

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
Fundação Norberto Odebrecht  
Salvador - BA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Norberto Odebrecht ("Entidade"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Norberto Odebrecht em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 03 de março de 2023.

# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.303	980	Fornecedores		16	52
Empréstimos concedidos		31	52	Impostos, taxas e contribuições		186	153
Adiantamento a terceiros		19	31	Salários, encargos e contribuições sociais	6	461	377
Outros ativos		177	131	Outros passivos		320	12
Despesas antecipadas		-	31			983	594
		3.530	1.225				
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado		247	242	Patrimônio social		924	631
Intangível		61	51	Superávit do exercício		1.931	293
		308	293			2.855	924
Total do ativo		3.838	1.518	Total do passivo e patrimônio líquido		3.838	1.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita bruta	7	9.645	8.487
Doações à projetos sociais	8	(18)	(20)
Deduções da receita bruta		(12)	(11)
		<u>9.615</u>	<u>8.456</u>
Despesas gerais e administrativas	9	(7.806)	(8.218)
Recuperação de despesas		2	3
Outras receitas		-	3
		<u>(7.804)</u>	<u>(8.212)</u>
Resultado operacional		<u>1.811</u>	<u>244</u>
Receitas financeiras		<u>120</u>	<u>49</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>120</u>	<u>49</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.931</u></u>	<u><u>293</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

	2022	2021
Superávit do exercício	1.931	293
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>1.931</u>	<u>293</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61	570	631
Absorção do superávit pelo patrimônio social	570	(570)	-
Superávit do exercício	-	293	293
Saldos em 31 de dezembro de 2021	631	293	924
Absorção do superávit pelo patrimônio social	293	(293)	-
Superávit do exercício	-	1.931	1.931
Saldos em 31 de dezembro de 2022	924	1.931	2.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.931	293
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	34	25
Resultado na baixa de imobilizado	<u>-</u>	<u>1</u>
	1.965	319
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a terceiros	12	(22)
Empréstimos concedidos	21	(52)
Outros ativos	(15)	(34)
Fornecedores	(36)	51
Salários, encargos e contribuições sociais	83	(183)
Impostos, taxas e contribuições	33	(31)
Outros passivos	308	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.371</u>	<u>50</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	<u>(48)</u>	<u>(75)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48)	(75)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.323</u></u>	<u><u>(25)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	980	1.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.303	980
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.323</u></u>	<u><u>(25)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Fundação Norberto Odebrecht (“Fundação” ou “FNO”) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida pela Novonor S.A. Idealizada e fundada por Norberto Odebrecht em 1965, a instituição tem como referência a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia de vida humanista pautada na educação e no trabalho que deu origem a “Nossa Cultura”, cultura empresarial praticada no Grupo Novonor.

As ações da Fundação sempre tiveram como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o combate à pobreza e à desigualdade e a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos. Possui a missão de “educar para impactar vidas que transformam o amanhã” e a visão de “sermos reconhecidos por multiplicar soluções de impacto socioambiental para construção de um futuro sustentável”.

Para multiplicar soluções de impacto socioambiental, a FNO coordena tecnologias e administra recursos não reembolsáveis para promover a sustentabilidade. O trabalho se concentra em três frentes: a execução de Programas e Projetos; a realização de Consultoria Técnica e a Produção de Conhecimento. Com estas ações, promove seu compromisso ESG (*Environmental, Social and Governance*, em inglês) e contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Seu principal Programa Social, o PDCIS, vem sendo executado desde 2003, em municípios do Baixo Sul da Bahia, e desde 2021 em Macaé - RJ, no distrito do Sana, com iniciativas articuladas em seis frentes para promover o desenvolvimento territorial sustentável em regiões de vulnerabilidades sociais, são elas: educação para o desenvolvimento sustentável; conservação ambiental; desenvolvimento econômico; inovação e tecnologia; cidadania e governança; e coesão e mobilização social.

Para executar o PDCIS, são firmadas parcerias com organizações da sociedade civil locais, as quais são fortalecidas institucionalmente pela FNO, com apoio, por exemplo, no planejamento, mobilização de recursos e prestação de contas, a fim de garantir a efetividade dos resultados e transparência na execução dos projetos para beneficiários e investidores. Outros agentes também participam da iniciativa, formando a governança participativa do Programa, a exemplo do poder público, instituições de ensino e pesquisa, e a iniciativa privada, que, atuando de forma colaborativa em torno do desenvolvimento territorial sustentável das regiões, potencializa os resultados da ação.

Os recursos financeiros para manutenção da Fundação advêm de doações, em especial de sua Mantenedora, a Novonor, e de empresas por ela controladas ou coligadas, e também da FRVJ Patrimonial Ltda ("FRVJ Patrimonial"), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor, nos direitos autorais e comercialização de livros, sendo que todos esses recursos são aplicados na consecução de seus objetivos sociais, na prestação de consultoria técnica visando a reaplicação dos conceitos e práticas de seu programa social, bem como na promoção ou coordenação de projetos de captação de recursos técnicos e ou financeiros, destinados ao cumprimento de sua finalidade básica.

Em 2022, a Fundação foi considerada a Melhor ONG da Bahia e uma das 100 Melhores ONGs do Brasil. O duplo reconhecimento foi dado pelo Prêmio Melhores ONGs, premiação do Terceiro Setor no país, em evento realizado em São Paulo. A iniciativa do Instituto Doar em parceria com o Instituto O Mundo Que Queremos anuncia, todos os anos, as instituições sem fins lucrativos que mais se destacam pela causa que atuam e em aspectos como gestão, governança, sustentabilidade financeira e transparência.

A Fundação se caracteriza como uma Organização da Sociedade Civil, de natureza privada e sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil e pelas Leis nos 13.019/2014 e 9.249/95, dentre outras normas esparsas, não distribuindo aos seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros quaisquer sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Em ocorrendo o encerramento de suas atividades, por meio de proposta do Conselho de Curadores e aprovação do Ministério Público Estadual, o patrimônio constituído será transferido integralmente ao patrimônio de Instituições de fins beneficentes, com objetivo social e natureza jurídica idênticas ou semelhantes ao da Fundação, desde que devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou a entidade pública no estado da Bahia.

A Fundação, pela sua natureza jurídica e atendimento aos requisitos legais, faz jus à imunidade fiscal sobre a tributação relacionada às receitas do exercício, relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS).

No que tange à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, estão fora do campo de incidência da mencionada contribuição todas as receitas auferidas por fundações e associações civis isentas do imposto de renda, quer sejam relativas ou não às suas atividades próprias. A contribuição ao PIS da Fundação é determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%.

Apesar das isenções fiscais a Fundação está obrigada a atender às obrigações tributárias que lhe são imputadas, em que pese sua natureza jurídica, inclusive as obrigações acessórias, as quais vêm sendo observadas ao longo dos exercícios fiscais.

#### Recuperação judicial da Novonor

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, mantenedora da Fundação, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Desde então, a Novonor e algumas controladas em recuperação continuam mantendo normalmente suas atividades, focadas no objetivo comum de assegurar estabilidade financeira e soerguimento do Grupo, preservando assim sua função social de garantir e gerar postos de trabalho, disseminar conhecimento tecnológico e criar valor sustentável no interesse da sociedade e demais partes interessadas.

A Fundação permanece firme na continuidade de suas atividades e ações socioambiental, contando com investimentos das empresas operacionais do Grupo Novonor fora do perímetro da recuperação judicial e dos demais investidores sociais externos ao grupo que permanecem apoiando as ações promovidas pela Fundação e Instituições parceiras.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Fundação em 03 de março de 2023.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as disposições contidas na ITG 2002 (R1) - "Entidade sem finalidade de lucros".

### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.3. Ativos financeiros

### 2.3.1. Classificação

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

A Fundação possui ativo financeiro representado pelo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos concedidos.

### 2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros são inicialmente, reconhecidos, pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.3.3. *Impairment* de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Fundação usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Fundação, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada.

Os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Equipamentos de informática: três - cinco anos;
- Móveis e utensílios: oito - dez anos;
- Outros: sete - dez anos.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.5. Outros ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

#### 2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.7. Outros passivos

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### 2.8. Impostos, taxas e contribuições

A Fundação por ser uma instituição sem fins lucrativos possui imunidade fiscal. Dessa forma não incidem sobre as suas operações quaisquer impostos, dentre os quais PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. O valor a recolher refere-se, basicamente, às retenções sobre a folha de pagamento, além do FGTS e INSS patronal.

## FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

### 2.9. Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit ou déficit acumulado durante os exercícios.

### 2.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Fundação compreendem, principalmente, as doações oriundas de sua Mantenedora, a Novonor S.A. e de empresas por ela controladas ou coligadas, e, também da FRVJ Patrimonial Ltda. ("FRVJ Patrimonial"), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda - Em recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor. Tais registros atendem às disposições estabelecidas pelo CPC 47, pronunciamento que regulamenta o reconhecimento de receita. O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência.

As receitas de doações recebidas para aplicação em programas são reconhecidas em montante equivalente às despesas incorridas em cada exercício na execução desses programas.

## 3. Gestão de risco financeiro

A Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos especulativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### (a) Risco de liquidez

É o risco de a Fundação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela Área Financeira da Fundação.

## 4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3.303	980
Adiantamentos a terceiros	19	31
Empréstimos concedidos	<u>31</u>	<u>52</u>
	<u>3.353</u>	<u>1.063</u>
Custo amortizado		
Passivos		
Fornecedores	16	52
Outros passivos	<u>320</u>	<u>12</u>
	<u>336</u>	<u>64</u>



## FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	342	-
Aplicações financeiras	2.961	980
	<u>3.303</u>	<u>980</u>

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a aplicações financeiras em CDB e Fundos, pós-fixados, cuja remuneração média varia entre 83,0% e 100,0% do CDI, respectivamente, com liquidez imediata.

### 6. Salários, encargos e contribuições sociais

	2022	2021
Provisão de férias	332	276
INSS sobre férias	84	67
FGTS sobre férias	26	21
Outros	19	13
	<u>461</u>	<u>377</u>

### 7. Receita bruta

	2022	2021
Doações recebidas (a)	9.375	8.230
Venda de livros	12	13
Direitos autorais	2	25
Assistência social	256	219
Total	<u>9.645</u>	<u>8.487</u>

(a) Refere-se a doações advindas de empresas do Grupo Novonor e da FRVJ Patrimonial.

### 8. Doações à projetos sociais

	2022	2021
OCT	(18)	(13)
CFR-PTN	-	(7)
Total	<u>(18)</u>	<u>(20)</u>

A doação em 2021 foi para apoio a região do baixo sul da Bahia em decorrência do limite de chuvas acima do esperado que acometeu diversas comunidades no mês de dezembro.

A doação em 2022 foi para apoiar na reforma estrutural da Instituição.

## FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

### 9. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados	(5.667)	(6.235)
Serviço de terceiros	(1.384)	(1.446)
Viagens e estadias	(205)	(72)
Infraestrutura(sede)	(447)	(406)
Outros	(103)	(59)
Total	<u>(7.806)</u>	<u>(8.218)</u>

### 10. Resultado de participações societárias

A Fundação possui participação de 1,566% na ODBINV S.A. - Em Recuperação Judicial ("ODBINV"), empresa controladora integral da Novonor. Este investimento na ODBINV estava registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial até o limite do saldo do investimento.

Considerando que em 31 de dezembro de 2016, a ODBINV apresentou um patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto"), foi efetuada nesta mesma data pela Fundação a baixa do saldo dos investimentos (provisão para perda com participação societária).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a ODBINV continuava com o patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto").

### 11. Contingências

A Fundação não possui processos judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, conforme entendimento de seus advogados externos. Portanto, nenhuma provisão foi constituída e não há elementos para divulgação de processos em curso com prognóstico de perda possível.

### 12. Fundo Endowments

O Conselho de Curadores da Fundação, em reunião realizada em 06 de dezembro de 2022, aprovou a alteração do estatuto social incluindo a previsão para constituição de um Fundo Patrimonial, cujos rendimentos reais do Fundo serão destinados a manutenção das atividades da Fundação. Em janeiro de 2023, o Ministério Público da Bahia emitiu parecer favorável à alteração estatutária.